

## A GUERRA: POR QUÊ, E PARA QUÊ?

Daniel Delouya,<sup>1</sup> São Paulo

daniieldelouya@gmail.com

### Resumo

O ensaio tece considerações sobre a guerra e suas razões de ser, fazendo ligações entre história e psicanálise. A hipótese é que o impasse da lógica que rege a guerra é a razão pela qual a história escrita deu os seus primeiros passos. E isso porque a guerra rompe com o pacto civilizatório, o único que permite o convívio de seres humanos em um grupo. A grande questão surge quando a lógica desse impasse se refere ao conflito entre nações. Como exemplo peculiar, tomamos a história do conflito entre israelenses e palestinos.

Palavras-chave: guerra, moções egoístas, impasses, pacto civilizatório

### The war: why and for what?

**Abstract:** The essay considers war and its reasons for being, making connections between history and psychoanalysis. The hypothesis is that the impasse of the logic that governs war is the reason why written history took its first steps. And this is because war breaks the civilizational pact, the only one that allows human beings to live together in a group. The big question arises when the logic of this impasse refers to the conflict among nations. As a particular example, we take the history of the conflict between Israelis and Palestinians.

Keywords: war, selfish motives, impasses, civilizational pact

Fui convidado, quase concomitantemente, a escrever sobre a guerra por dois periódicos psicanalíticos, a revista *Ide* sendo um deles. São pelo menos duas guerras em tempo real que nos ocupam, uma na Ucrânia e outra em Gaza, entre Israel e o governo do Hamas, autoridade palestina que comanda a faixa de Gaza. Estou mais familiarizado com o fundo histórico da segunda. A primeira questão que surgiu em mim, porém, foi: teríamos história e historiadores se não houvesse guerras? É uma questão absurda, mas não idiota. É verdade, historiadores ocupam-se de outras coisas também, mas talvez esses assuntos outros sejam implícita e explicitamente consequências do tema da guerra. Em primeiro lugar, as primeiras histórias escritas pelos heródotos, em nome do Heródoto que viveu e escreveu no século 5 a.C., versam sobre as

1 Psicanalista, membro efetivo com funções didáticas da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

guerras, entretanto, inspirados em Homero, e nelas as guerras e a história dos povos envolvidos levam em conta os mitos e as vontades dos deuses.<sup>2</sup> Sabe-se que essas histórias são ordenações de narrativas grupais transmitidas oralmente pelo menos desde os séculos 10 ou 12 antes de Cristo. O primeiro historiador no Ocidente, porém, foi Tucídides, ou Thukydidês, uma geração apenas depois de Heródoto. Ele escreveu oito volumes sobre a guerra entre Esparta e Atenas, sem envolver as potências dos deuses implicados nas missões guerreiras dos homens e seus estados.

Parece, então, que a guerra é o fio condutor da escrita da história. E o que dizer da psicanálise? A guerra teve um papel importante no pensamento de Freud, não só sobre a guerra, mas sobretudo na sua concepção do aparelho da alma e também do grupo, a sociedade, que funda esse aparelho. Basta trazer um testemunho de um outro e destacado autor psicanalista, W. R. Bion, cujos escritos, sobretudo os últimos, são repletos de referências à guerra. Numa nota a seu diário de guerra, como comandante na Primeira Guerra Mundial, ele reflete: “foi a guerra que me levou à psicanálise” (Bion, 1997, p. 201).<sup>3</sup> Vou me basear nesses dois fios de pensamentos, saltando de um ao outro, sem me comprometer e lhe reivindicar um estatuto de ordem geral que alguém possa erroneamente nos atribuir.

A guerra é sempre consequência de um impasse no convívio quando uma fórmula se instaura: “ou eu ou você”, ou, numa outra versão, “ou eu e você, mas no e do jeito que eu imponho”. Na atual guerra do Oriente Médio, a primeira versão encontra-se no ideário do Hamas de guerra total, com todos os meios disponíveis, até a destruição de Israel e até a dizimação de todos os judeus no mundo, modelo nazista-hitlerista de difícil alcance. A política israelense dominante, de ocupação e evitação do estabelecimento do Estado palestino, entre outras restrições, dita a segunda versão desse impasse que tem como potencial a guerra. A lógica dessa fórmula no conflito entre nações ou entre facções da própria nação pode ser encontrada no convívio de companhias, comércios e vizinhos, casais, colegas de trabalho rivais e até na clínica psicanalítica, mas acaba obtendo, respectivamente, uma solução jurídica em Estados democráticos ou por meio do trabalho da linguagem na clínica psicanalítica bem-sucedida.

2 Não levarei aqui em conta as narrativas anteriores, bíblicas, sobre o povo de Israel e suas guerras, pois, além de envolver os mandos divinos, elas têm um outro propósito, inerentemente religioso, da tradição judaica. A ideia nelas não são os fatos históricos, mas a construção de identidade grupal histórica, com a missão do combate extremo à idolatria (Delouya, 2000).

3 Bion foi condecorado como herói após a Guerra.

Um governo das nações poderia, orientado por uma ideia e segundo uma constituição própria e um órgão democrático de decisão, velar pela paz entre as nações e os direitos humanos, como a ONU, criada em 1945, que é e foi sempre frágil em impor suas decisões, pela razão simples da ausência de consenso e de força de coação prática, como tem sido demonstrado em relação a questões candentes pondo em causa a sobrevivência futura da humanidade: o desmantelamento climático, a ameaça nuclear e a ditadura do digital.

Era vontade de Einstein e Freud haver uma liga das nações que pudesse ter os meios de impor as condições de paz entre os países para garantir a manutenção da civilização (Freud, 1932). Seja como for, nesse impasse dessa lógica que pode surgir em relação a uma religião ou a uma posse de terra ou outro bem material ou cultural, cuja consequência é a guerra, fere-se o pacto civilizatório. A guerra põe abaixo a mais preciosa conquista que o homem alcançou: a cultura. A guerra denota, segundo Freud (1915/2010), uma *desilusão* com esse projeto e sua conquista. Freud discorreu sobre quão alto foi o preço que a civilização precisou cobrar de cada um de seus membros para se instaurar como tal, ou seja, a contenção das pulsões, as egoístas.

O reconhecimento do direito de ocupar um lugar no mundo e com os outros é a concessão original dada a cada recém-chegado a esta Terra (Freud, 1895/1996), e é nesse direito que se funda o preceito do “Não matarás” (Freud, 1913/1976d). Em outras palavras, ninguém tem direito sobre a vida de ninguém, o que impõe uma barreira às moções egoístas para as quais a existência do outro contradiz os anseios insaciáveis de posse e expansão do indivíduo. Aqui reside o imperativo categórico de Kant. É a razão prática, que, no entanto, se contrapõe à tendência natural sobre a qual se impõe a lei da cultura e seu trabalho. O amor, isto é, a inclusão entre os outros, requer, portanto, transformações pulsionais ou, no caso de muitos, algumas formações reativas, erguidas no caldeirão do período da latência de cada sujeito, para lidar com a ameaça da perda de amor.

Há um luto a se fazer a partir desse conflito de sentimentos entre o amor e a tendência assassina, a aniquilação do outro, para que a cultura se constitua e permaneça: “Desse conflito de sentimentos nasceu em primeiro lugar a psicologia” (Freud, 1915/2010, p. 237). A psicologia tem, portanto, a lei da cultura como condição para seu nascimento. A psicologia seria justamente esse trabalho do luto que é concomitante à emergência da linguagem como lugar de concessão mítico e poético de deixar de ocupar a posição absoluta, narcísica, do pai perverso todo-poderoso, abrindo, assim, o espaço para as trocas, a produção cultural, em comunhão com os outros.

A linguagem é, precisamente, esse mito do herói que *transmite-mente* (Freud, 1921/1976c) aos outros o desejo e a realização do assassinato do pai, substituindo-o em seu lugar, desta vez pelo sítio de linguagem, em um novo tempo em que se pode realizar com as palavras a ocupação e a perda desse lugar, para dar nascimento à obra da cultura. Uma obra que se reitera *ad infinitum* no trabalho da análise, que é, afinal, uma lapidação constante dessa empreitada. Quando irrompe a guerra civil ou entre povos, e a matança acaba sendo licenciada, assim como a destruição da natureza, das habitações, dos bens materiais e culturais, gerando refugiados e causando fome e miséria, assim se rompe o pacto cultural, e a maior parte das aquisições culturais termina prejudicada.

Ver-se-ia, então, por que a história se inscreve a partir da guerra. A escrita da história tem como estímulo a seguinte questão: o que levou ao rompimento do pacto civilizatório, já que este tem se mantido para a constituição dos grupos e comunidades enquanto tais. As origens dos povos são associadas às regiões geográficas e à instauração de comunidades e sua organização sob os ditames do pai morto, dos totens e tabus. São as identificações singulares em torno de certos ideais que têm mantido os laços e o desenvolvimento dos povos e suas lendas de origem.

Um trabalho recente sobre os primeiros grupos humanos mostra que os povos originários se constituíam de pequenas comunidades igualitárias em que o acúmulo progressivo dos bens científicos, tecnológicos e culturais era repartido e não utilizado para fins de dominação sobre os outros, mas para o benefício de todos, a favor do grupo como um todo (Graeber & Wengrow, 2021).<sup>4</sup> Nesses grupos os gêneros e as diferenças pessoais eram respeitados; a liberdade de expressão e a escolha dos afazeres de cada um abrangiam a todos e a todos beneficiavam. Somente mais tarde o poder, a escravidão e as guerras vão aparecer no palco da história.<sup>5</sup> No momento em que o poder sobre o outro se sobrepõe num grupo, ou entre grupos, é a *violência* que se anuncia, e somente a identificação mútua, os laços entre os subjugados, pode juntar forças para reivindicar *a justiça*, o que, no entanto, logo resulta numa guerra que faz crescer ainda mais a violência.

4 Essa obra foi escrita por um antropólogo e um arqueólogo utilizando inúmeras evidências novas, parcialmente baseadas em técnicas de investigação precisas, de partes diferentes do mundo.

5 Esses dados, amplamente rastreados por meios técnicos da antropologia e arqueologia, clássicos e modernos, referem-se a grupos humanos originários já constituídos. Dados perfeitamente conciliáveis com as concepções freudianas que focam o estabelecimento do humano na passagem dos gorilas para o ser humano a partir do assassinato do pai perverso, retratado por Freud (1913/1976d) no grande livro “Totem e tabu”. Ou seja, os autores consideram os grupos tais como Freud os concebe depois do pacto social da comunidade dos irmãos, erguido sobre o luto, que se dá com o assassinio do pai.

Freud (1932) enfatiza que a descoberta dos dois grupos de pulsões, de vida e de morte, tem lugar fundamental na relação com a paz e a guerra. As pulsões de morte são essenciais para a vida, uma vez que suas ações sobre as pulsões sexuais permitem a diferenciação, a serviço da linguagem, para a instauração da dimensão cultural no amor, no sexo, no brincar, no esporte, na ciência, no comércio, na criatividade das artes e da literatura etc. Devido às suas preponderâncias, porém, as pulsões de morte, à medida que se desvinculam do trabalho da linguagem, tendem a se pôr a serviço da sobrevivência, do egoísmo, do fanatismo e da morte. Esse é o ponto extremo de seus desempenhos, quando acabam sendo saturadas pelas demandas culturais. Nesse momento é a dominação e a aniquilação do outro que predominam. É difícil, portanto, segundo Freud, eliminar as guerras. Nas perspectivas atuais da era digital o cenário futuro parece até mais assombroso: as guerras tomariam um rumo diferente, quando seria possível destruir povos inteiros, tornando-os inúteis e dispensáveis, famintos e destinados à morte sem o uso de armas de fogo ou nucleares (Harari, 2019).

A guerra, com os seus ataques massivos, sensoriais – e eles têm sido cada vez mais pungentes, com a sofisticação das armas modernas –, põe em xeque as estruturas básicas do ser, levando-o, em certos momentos, ao mundo desobjetalizante, do *não contato*, da psicose.<sup>6</sup> As estruturas básicas do ser, de figurar, representar e pensar, remontam à sua constituição de origem, e dizem respeito ao trabalho regressivo do adulto buscando inserir e integrar no recém-nascido a massa sensorial dentro dos laços humanos, que Freud e Bion descrevem como *reverie* da mãe.<sup>7</sup>

Existe, porém, um limite dessa intensidade sensorial quanto a sua possibilidade de ser passível de integração nas malhas de construção do aparelho psíquico. O que é intuído na guarda do ambiente dos cuidados maternos. Esses limites da capacidade de *parar as excitações*, descrita por Freud (1919/1976a), em suas duas faces no adulto, tanto em relação ao meio ambiente exterior, quanto à adesção e ligação da sensorialidade às moções internas do corpo da criança – ambas remontando à aptidão da contratransferência no adulto –, se deflagram nas neuroses de guerra.

6 Bion passou por isso, como atestam seus escritos tardios, *Uma memória do futuro* (1975-1978) e, sobretudo, sua autobiografia *The long weekend*, na última parte, nomeada “Guerra”. Em ambos, trechos inteiros de suas memórias de guerra de 1919-1921 retornam quase integralmente ou com poucos disfarces.

7 Ver Capítulo 11 da I parte de “Projeto de uma psicologia” (Freud, 1895/1996) e “A theory of thinking” (Bion, 1967). Embora Freud não use o termo “*reverie*”, ele descreve essa via regressiva no adulto de forma até mais detalhada por meio dos valores da compaixão e condução.

Bion tem mostrado em seu trabalho com grupos, de sujeitos que abandonaram o campo de batalha, a fragilidade em restaurar as funções do pensar, recorrendo a modalidades de desespero primitivo, detectadas em crianças e em grupos, como *pressupostos básicos* de dependência, acasalamento e de luta-fuga (Bion, 1961). Esses revelam, na realidade, uma adesão fusional ao objeto primário, o sujeito se alojando, respectivamente, como mostrou Meltzer (1978), no rosto-seio, na vagina e na cloaca da mãe. Mesmo se nesses casos, entretanto, traumas precoces possam ser elicitados pela guerra, fazendo com que esses sujeitos recorram a uma compulsão de repetição alucinatória acoplada às paralisias do pensar e da ação. Existem experiências em que qualquer sujeito é passível de paralisia completa, excedendo sua aptidão para pensar e agir. Refiro-me a testemunhos de chacina em massa ou de dizimação grupais, como foi o Holocausto.

Termo inadequado, “Holocausto”, pois é a palavra “*Shoah*”, em hebraico, que melhor traduz esse estado. *Shoah* tem em sua raiz o verbo de *ficar pasmado*, numa inação, paralisia total em relação ao acontecimento testemunhado, em que os recursos psíquicos são insuficientes para pensar. Não é normalmente o caso de situações de guerra. É a razão por que Bion, apesar de sofrer de alucinações graves em meio a batalhas, como quando vê a própria carcaça se degringolando ladeira abaixo, afirma no final da vida: “Na guerra o objetivo do inimigo é assustá-lo de tal maneira, que você não possa pensar claramente, enquanto *seu* objetivo é continuar pensando, não importa quão adversa ou medonha seja a situação” (Bion, 1987, p. 11). Sim, é verdade, por isso a obra de Bion é um esforço às voltas com a guerra.<sup>8</sup>

Até agora nos referimos ao campo de batalha, não aos efeitos na população que está no interior, exposta às fronteiras com a guerra. Novamente, aqui, como todos nós temos vivido na pandemia, recorreremos aos recursos ternos dos cuidados de origem e de ajuda mútua, assistindo estarecidos com perdas dolorosas, atentos, no entanto, ao cuidado com as tarefas mais primárias, que aprendemos com nossos amados pais na infância, como a de viver em face da ameaça de morte que pode nos acometer a cada instante de nosso cotidiano.

A lógica que incita a guerra pode chegar a bom termo, sem se acender por completo, quando ocorre na rivalidade entre vizinhos, corporações, família etc., já que nesses casos a lei, assim como a força concedida ao Estado, acaba sendo acatada, pelo menos em países que desfrutem de constituição e regime democráticos. Normalmente essas batalhas, talvez menos do que as

<sup>8</sup> Ver nosso trabalho em comemoração ao centenário de seu nascimento, que se deu em 1997 (Delouya, 2019).

concorrências comerciais e capitalistas, nem chegam às páginas da história. Isso não se dá quando a guerra é entre nações ou entre grupos da mesma nação em que se almeja implantar um novo regime. Normalmente, essas disputas são ancoradas em veios de tradições históricas distintas e contrastantes que resultam em conflitos geopolíticos de difícil manejo. Vou-me arriscar, tomando como exemplo o conflito em torno da terra de Israel, entre palestinos e judeus.

### **O conflito da atual guerra no Oriente Médio**

A guerra recente no Oriente Médio, disparada pela chacina e massacre cruel cometido pelo grupo Hamas, que governa a faixa de Gaza, sobre a adjacente população israelense, é uma nova edição de um conflito sobre a ocupação da antiga terra da Palestina que vem se arrastando há cem anos, mas cujas raízes são muito mais antigas.

O debate atual sobre a guerra, à parte sua triste devastação, surge em termos geopolíticos, além de reacender no mundo inteiro o antissemitismo. A complexidade desse conflito deve nos reportar a uma longa história, singular, do povo judeu, mas que é, ao mesmo tempo, característica do Ocidente como o conhecemos hoje. Pois, a cada escalada terrorista e/ou militar, o direito de Israel existir e o caráter do sionismo, acoplado ao questionamento sobre o colonialismo anacrônico israelense e o seu suposto *Apartheid* em relação aos palestinos, acabam inflamados ao lado de ondas fortes de antissemitismo. Aqui, a guerra e a psicologia dos povos acendem e, curiosamente, evocam o último livro de Freud (1938/2014), sobre a contribuição de Moisés, com que gostaria de iniciar a parte final deste ensaio.

Quando começa a redigir o livro, Freud (1934/1970, p. 91) escreve para Arnold Zweig: “Perguntamo-nos mais uma vez como os judeus chegaram a ser o que são ... Logo descobri a fórmula: Moisés criou os judeus”. Qual invenção é essa? Uma nova ideia sobre um e único deus, criador do universo e da vida, confirmada por várias evidências históricas e arqueológicas, surge na gloriosa décima-oitava dinastia egípcia. Um jovem faraó, Amenophis IV, toma o poder em 1375 a.C. e instaura um estreito monoteísmo. Ele reina 17 anos, até ser deposto pelo regime anterior. Um sacerdote ou governador do reino vencido escolhe um povo escravo para reavivar essa religião, em troca de sua liberdade. Daí o êxodo e a chegada à terra de Israel.

Os preceitos monoteístas dessa religião baseiam-se no combate ao politeísmo e às suas figurações, na oposição a qualquer adoração de entes na Terra, sejam eles naturais ou culturais, humanos, e na abolição da crença na vida após a morte. A ideia central é que *é o homem quem serve a Deus*, que,

por sua vez, não é figurável em termos antropomórficos. O combate à idolatria se torna missão única, e para tanto organiza-se a comunidade, em torno de 613 preceitos práticos, que permeiam a alimentação, a sexualidade, a morte e as relações entre os integrantes dela.

Não é preciso dizer que essa imposição da erradicação total da idolatria é de difícil realização, é impraticável, e leva ao assassinato de Moisés. O ressurgimento, porém, dessa tradição, com essas aspirações extremadas e constantes de simbolização e sublimação, aponta para as aquisições culturais mais elevadas em relação aos ditames das leis do pai morto: a valorização da palavra e da vida intelectual em oposição à sensorialidade (Freud, 1913/1976d). A troca das satisfações pulsionais por esses ideais dotou esse grupo do sentimento de orgulho pelo cumprimento dos preceitos e, por outro lado, de fortes laços de pertencimento e de garantia de vida de um em relação ao outro. No limite, a religião mosaica, com sua marca de negatificação, não tem Deus como persona, o que torna sua assunção e suas metas inalcançáveis, e a era dos profetas demonstra um fracasso contínuo em poder cumpri-las por completo (Delouya, 2000).

Mas isso faz parte da história. Os reinos bíblicos chegam ao fim com as destruições dos dois templos pelas invasões e guerras com os gregos (586 a.C.) e romanos (70 d.C.), a última levando à diáspora, embora um núcleo importante de judeus permaneça na terra de Israel.<sup>9</sup> São conhecidas as perseguições de judeus no mundo cristão durante séculos, até culminarem nas atrocidades da Shoah, tendo como pretexto o fato de os primeiros arrogarem para si o lugar de povo escolhido.<sup>10</sup> Os judeus aspiraram desde sempre ao retorno à Terra Prometida, aspiração evidenciada em sua ampla e larga literatura, além nos motes centrais de suas festividades.

Com a emancipação dos judeus (que acelera a desvinculação da religião da identidade do povo judaico), e os movimentos europeus de reivindicações nacionais e territoriais dos povos, entre o fim do século 18 e o começo do 19, surge a ideia do Estado judaico em Israel. Esse é o espírito do sionismo, de que a terra do povo de origem, a terra de Israel, pode constituir o terreno para uma casa legítima dos judeus ao qual eles podem retornar sem prejuízo aos povos que a vêm ocupando desde o exílio dos judeus pelos romanos.<sup>11</sup>

9 É dada a permissão de constituir em Yavneh, em Israel, apenas uma comunidade voltada à prática de estudos e ao cumprimento do modo de vida judaico (Freud, 1938/2014).

10 A verdade é que o termo bíblico não é “povo escolhido”, mas sim “Am Segula”, povo com propriedade especial, pela assunção do combate à idolatria, “Milhemet Avoda zara”.

11 Não é preciso dizer que esse cuidado e respeito com os palestinos foi, com a eclosão dos conflitos (ver abaixo), bastante desgastado e degradado, algo que permanece hoje, sobretudo por parte dos colonos da Cisjordânia.

Ideia preconizada pelo dramaturgo vienense Theodor Herzl (1896), a partir da qual se consolida o movimento sionista e as migrações sucessivas (1882-1903, 1904-1914, 1919-1923, 1924-1928 etc., até a Shoah; e, depois dela, as advindas dos países árabes hostis ao novo Estado).

Vale lembrar que iniciativas de retorno a Israel já existiam antes, nos séculos 6, 13, 17 e 18, tendo caráter mais messiânico e religioso. Na era moderna, a terra de Israel, com seus nativos – judeus, muçulmanos e cristãos –, vem sendo ocupada sucessivamente por sírios, egípcios, o Império Otomano e o Britânico. Nas primeiras migrações de judeus, as terras foram compradas para estabelecimento de fazendas, com orientação marxista e anarquista, e as relações com os nativos eram de amizade e colaboração, como foram desde a queda dos templos dos regimes autocráticos judaicos. Com a declaração em 1917 do ministro inglês Arthur J. Balfour sobre o direito da constituição de uma “casa judaica” no território da Palestina, porém, as relações azedaram, e em 1920 líderes palestinos reuniram-se em Damasco para proibir a venda de terras para os imigrantes e para manifestar a oposição à constituição do Estado judaico. Os conflitos armados logo se iniciam e permanecem até hoje.

Em 1948, com a declaração de independência do Estado de Israel, os palestinos recusam-se a estabelecer um Estado próprio ao lado de Israel, reivindicando todo o território, o que fez eclodir a guerra, que gerou mais de 700 mil refugiados palestinos, além de outros judeus expulsos de Jerusalém, em que residiam desde os tempos bíblicos. Esses desdobramentos, que os ingleses só aceleraram, levaram a organizações armadas e conquistas por parte dos israelenses, o que aos poucos minou as relações com os palestinos, desrespeitando sua existência como nativos e como vizinhos legítimos desde sempre. Os crimes de guerra de Israel têm aumentado desde então.

E, de outro lado, as organizações de libertação da Palestina têm recorrido ao terror contra a população israelense. Todos os esforços de paz, mediados pelos EUA e nações europeias até uma década atrás, fracassaram. A meu ver, em grande parte em função da ferida que se abriu pelo fato de os palestinos terem sido ludibriados e, portanto, ainda terem dificuldade em se reconciliar com as propostas de divisão das terras e do estabelecimento de um Estado palestino soberano ao lado de Israel.

Se até a emancipação dos judeus na Europa, eles eram considerados estrangeiros, o outro – “você não são daqui” –, não tendo direito sobre a terra e o registro dos próprios imóveis, entre outros direitos civis que lhes eram negados, assim como eram objeto da projeção de todos os males, é interessante que essa ideia volta, no apoio aos palestinos. Nas manifestações desse apoio, lê-se

nas faixas que os judeus não têm direito sobre a terra de Israel e, portanto, o sionismo é colonialista, acusado de praticar um *Apartheid* e de ser genocida, o que acende e inflama o antissemitismo estrutural por toda parte. O povo palestino e Israel têm direitos iguais sobre a terra e é preciso facilitar a convivência de dois Estados vizinhos. O Estado de Israel como casa para o povo judaico apenas, apesar de suas razões históricas, acaba ferindo, por outro lado, a hospitalidade necessária a qualquer estrangeiro que queira vir e instalar-se nela.

### Referências

- Bion, W. R. (1961). *Experiences in groups*. Basic Books.
- Bion, W. R. (1967). A theory of thinking. In W. R. Bion, *Second thoughts*. Routledge.
- Bion, W. R. (1982). *The long weekend (1897-1919). Part of a life* (F. Bion, Ed.). Karnac.
- Bion, W. R. (1987). Making the best of a bad job. In W. R. Bion, *Clinical seminars*. Routledge.
- Bion, W. R. (1996). *Uma memória do futuro (1975-1978)*. Imago.
- Bion, W. R. (1997). *War memories, 1917-1919* (F. Bion, Ed.). Karnac.
- Delouya, D. (2000). *Entre Moisés e Freud*. Via Lettera.
- Delouya, D. (2019). Bion: uma obra às voltas com a guerra. In D. Delouya, *Torções na razão freudiana – especificidades e afinidades*. Blucher.
- Freud, S. (1970). Letter from Freud to Arnold Zweig (30/9/1934). In E. L. Freud (Ed.), *The letters of Sigmund Freud and Arnold Zweig*. Harvest Books. (Trabalho original publicado em 1934)
- Freud, S. (1976a). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Imago. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (1976b). Por que a guerra? In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Imago. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (1976c). A psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1976d). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1). Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta* (L. Zwick, Trad.). L&PM. (Trabalho original publicado em 1938)
- Graeber, D. & Wengrow, D. (2021). *The dawn of everything – A new history of humanity*. Picador.
- Harari, Y. N. (2019). *21 lições para o século 21*. Companhia das Letras.
- Meltzer, D. (1978). *The Kleinian development*. Clunie Press.